CADERNO DE QUESTÕES

Conhecimentos Gerais

Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)

Questão 1: VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

Com fundamento na Lei de Transparência (Lei Federal nº 12.527/11), cidadão solicita cópia integral, a ser-lhe remetida pelo correio, de um processo administrativo da Prefeitura Municipal de Rosana, no qual consta a documentação referente à licitação e ao contrato de aquisição de produtos médico-hospitalares e de fisioterapia, com entrega parcelada. A Prefeitura Municipal defere o pedido comunicando a data e local em que o processo administrativo ficará disponível para consulta do cidadão, bem como o valor que será cobrado pela reprodução de cada uma das folhas. O cidadão apresenta recurso à autoridade hierarquicamente superior, afirmando que a Prefeitura deve lhe remeter a cópia integral do processo administrativo, via correio, sem qualquer custo, pois sua situação econômica não permite arcar com as despesas de deslocamento e de reprodução do documento. Nesse caso, a autoridade competente para a análise do recurso deverá

a) dar provimento total ao recurso, encaminhando as cópias via correio, que é meio legítimo para a prestação das informações, a critério do cidadão solicitante, devendo, também, dispensá-lo dos custos de reprodução, pois está isento de ressarci-los todo aquele que declarar, sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

b) dar provimento parcial ao recurso, em relação ao pagamento devido, pois mediante declaração de que não possui recursos financeiros suficientes para arcar com os custos da reprodução de documentos, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, o cidadão pode ser dispensado do ressarcimento de tais custos, devendo ser negado, todavia, o envio da documentação pelo correio, pois o acesso à informação deve ser pessoal ou por meio da internet.

c) negar provimento ao recurso, em relação aos dois pleitos, pois o acesso à informação deve ser pessoal ou por meio da internet, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11, e, em relação aos custos de reprodução, prevê a referida lei que o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, mas é cobrado o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

d) dar provimento parcial ao recurso, em relação ao envio pelo correio dos documentos solicitados, pois a Lei Federal nº 12.527/11 prevê que requerente pode declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos, mas, no tocante aos custos de reprodução, é obrigatório o ressarcimento, para que não haja prejuízo ao erário em razão dos custos dos serviços de reprografia e dos materiais utilizados.

e) dar provimento total ao recurso, dispensando o cidadão dos custos de reprodução, pois está isento de ressarci-los todo aquele que declarar, sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, enviando a documentação pelo correio, que é meio legítimo, cobrando-lhe, no entanto, as despesas de postagem.

Questão 2: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Saúde/Médico Psiquiatra/2016

Fulano da Silva, cidadão brasileiro, protocolou pedido de informações de interesse público junto ao Ministério Público, com base na Lei no 12.757/2011. Todavia, parte das informações solicitadas é sigilosa, enquanto a outra parte não mais está arquivada com o Ministério Público, tendo sido encaminhada a órgão da Administração Estadual cujo destino é do conhecimento do Ministério Público.

Nessa situação, portanto, é correto afirmar com base na mencionada Lei de Acesso à Informação que o pedido de Fulano

a) deverá ser integralmente negado, seja porque parte das informações é sigilosa, não sendo possível o acesso, seja porque parte não mais está em sua posse, não tendo o Ministério Público qualquer obrigação acessória nesse caso.

b) deverá ser integralmente atendido, não podendo o MP alegar sigilo nesse caso, uma vez que o interesse público deve prevalecer, devendo o MP buscar a outra parte das informações com o órgão público que atualmente a detém, para disponibilizar ao interessado.

c) deverá ser imediatamente atendido na parte sigilosa e negado na parte em que o MP enviou ao órgão da Administração Estadual, cabendo ao cidadão buscar no outro órgão a informação postulada.

d) não poderá ser atendido, tendo em vista que toda e qualquer informação arquivada no MP, em razão de suas funções institucionais, não pode ser disponibilizada ao público, a não ser que Fulano esclareça por escrito os motivos determinantes da solicitação.

e) terá acesso negado à parte sigilosa, mas deve ser informado sobre recurso, prazos e condições para sua interposição e a autoridade competente para apreciação e, na outra parte, o MP comunicará que não possui a informação e indicará o órgão que a detém, ou a este remeterá o requerimento, cientificando o interessado dessa remessa.

Questão 3: VUNESP - Of Prom (MPE SP)/MPE SP/I/2016

É correto afirmar que o Oficial de Promotoria que utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda,

a) cometerá infração administrativa, podendo responder ainda por improbidade administrativa.

b) somente poderá ser responsabilizado civilmente, pois não cometerá qualquer infração administrativa.

c) cometerá apenas infração administrativa, não havendo qualquer ato de improbidade.

d) cometerá um crime de improbidade administrativa, mas não será responsabilizado por infração administrativa.

e) em razão de atuar no Ministério Público, não cometerá qualquer infração administrativa.

Questão 4: FUNCAB - TA (ANS)/ANS/2016

Consoante o disposto na Lei n° 12.527/2011, que disciplina o acesso à informação, é correto afirmar que:

a) quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, não poderá ser oferecida a consulta de cópia.

b) as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso.

c) o serviço de busca e fornecimento da informação é, em qualquer hipótese, gratuito.

d) o direito fundamental de acesso à informação não deve observar os princípios básicos da Administração Pública.

e) não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Questão 5: ESAF - TA (ANAC)/ANAC/2016

A respeito da Lei de Acesso à Informação, assinale a opção correta.

a) O limite teórico máximo de restrição de acesso a informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado é o prazo de 50 (cinquenta) anos.

b) O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais submetese inteiramente às normas constantes da Lei n.º 12.527/2011.

c) É obrigatória, indistintamente, a todos os entes da Federação a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas em sítios oficiais da rede mundial de computadores.

d) As informações classificadas como secretas e ultrassecretas no início da vigência da Lei n.º 12.527/2011 e não reavaliadas até 16/05/2014 permanecerão assim classificadas até ulterior desclassificação.

e) Não cabe recurso nos casos de não fornecimento das razões da negativa de acesso à informação.

Questão 6: VUNESP - Aux Leg (CM Guarat.)/CM Guaratinguetá/2016

Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado processo administrativo tramita no âmbito da Câmara Municipal de Guaratinguetá para apurar possíveis irregularidades na conduta de servidores, que supostamente teriam recebido valores ilicitamente. O processo administrativo ainda está sendo instruído e não foi finalizado.

Nesse caso, a conduta adequada da autoridade competente, no âmbito da Câmara Municipal, será, nos termos da Lei Federal n.º 12.527/11,

a) negar acesso aos autos, já que o acesso a investigação ou fiscalização em andamento pode ser restringido.

b) permitir o acesso aos autos, pois a lei estabelece o sigilo como regra e a publicidade como exceção.

c) negar acesso aos autos, considerando que jornalistas não podem se valer da Lei Federal n.º 12.527/11 para obter informações como outras pessoas.

d) permitir o acesso aos autos, porque que a lei prevê expressamente que deve ser feita a divulgação de investigações em curso.

e) negar acesso aos autos, pois a Lei Federal n.º 12.527/11 não inclui os processos investigativos entre aqueles que devam ser objeto de livre acesso.

Questão 7: VUNESP - Aux Leg (CM Guarat.)/CM Guaratinguetá/2016

Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista na Lei Federal n.º 12.527/11, vigoram a partir da data de sua produção. Considerando a classificação e os prazos, assinale a alternativa correta.

a) Ultrassecreta: 30 (trinta) anos.

b) Secreta: 10 (dez) anos.

c) Secreta: 20 (vinte) anos.

d) Reservada: 8 (oito) anos.

e) Reservada: 5 (cinco) anos.

Questão 8: VUNESP - Ass Imp (CM Guarat.)/CM Guaratinguetá/2016

Considere a seguinte situação hipotética: Cidadão de Guaratinguetá solicita, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão da Câmara Municipal, que lhe sejam fornecidas cópias, em meio físico ou digital, de todos os editais de licitação realizada na modalidade pregão nos anos de 2014 e 2015 pelo Legislativo Municipal. Tais informações constam do endereço eletrônico da Câmara Municipal na internet. Assim, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11, a resposta ao cidadão deverá consistir

a) no oferecimento de cópia, com certificação de que esta confere com o original, mediante vista dos respectivos processos administrativos licitatórios, devendo a reprodução de documentos ser cobrada no limite do valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

b) na comunicação de que o Serviço de Informação ao Cidadão da Câmara não possui a informação, indicando que a Diretoria Administrativa da Câmara é que a detém, remetendo o requerimento a essa unidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

c) na informação ao Cidadão requerente, por escrito, sobre o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, no caso, no site da Câmara, procedimento esse que desonerará a Câmara Municipal da obrigação de seu

fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

d) no esclarecimento de que a informação solicitada pelo Cidadão está disponível ao público em formato eletrônico, que é meio de acesso universal, razão pela qual o requerimento deve ser indeferido, estando a Câmara Municipal desobrigada de especificar a forma como a informação pode ser consultada.

e) na informação sobre a impossibilidade de obtenção de cópias, cabendo ao interessado solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Questão 9: IBFC - Moto (CM Vassouras)/CM Vassouras/2016

Preencha a lacuna do texto a seguir com a alternativa correta.

De acordo com a Lei Federal 12.527/2011 - Lei de Acesso a Informação qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível, e, não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a _____ dias: - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

a) Sessenta.

b) Noventa.

c) Cinco.

d) Vinte.

e) Dois.

Questão 10: VUNESP - Proc (CM Pradópolis)/CM Pradópolis/2016

O dever dos órgãos e entidades públicas de promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, previsto na Lei Federal n.º 12.527/11, pode ser considerado uma aplicação prática do princípio da Administração, constitucionalmente expresso, da

a) legalidade.

b) transparência.

c) publicidade.

d) moralidade.

e) impessoalidade.

Questão 11: VUNESP - Proc (CM Pradópolis)/CM Pradópolis/2016

Considere a seguinte situação hipotética.

Presidente da Câmara de Vereadores de Pradópolis decide classificar as informações relativas aos valores pagos aos fornecedores do Legislativo Municipal, quanto ao grau de sigilo. É correto afirmar que tal conduta

a) não está de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 12.527/11, pois tais informações são públicas e não são passíveis de classificação, por não serem imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado.

b) está de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 12.527/11, pois a publicidade de tais informações pode prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos da Câmara Municipal, razão pela qual podem ser classificadas.

c) não está de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 12.527/11, pois as informações financeiras dos órgãos públicos terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção.

d) está de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 12.527/11, pois a publicidade de tais informações põe em risco a segurança da instituição Câmara Municipal, razão pela qual podem ser classificadas.

e) não está de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 12.527/11, pois a classificação de informações somente pode ser realizada, em qualquer grau, pelo Chefe do Poder Executivo ou por pessoa a quem for delegada, por ele, tal atribuição.

Questão 12: FGV - Ana (IBGE)/IBGE/Jornalismo /Redes Sociais/2016

De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527, de 18/11/2011), a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, que não tratem de execução orçamentária e financeira, por órgãos públicos através de sítios oficiais da rede mundial de computadores (Internet), é obrigatória, com exceção para:

a) empresas públicas e de economia mista;

b) fundações públicas estaduais e municipais;

c) autarquias controladas diretamente pela União;

d) municípios com população de até 10.000 habitantes;

e) Poder Judiciário nos níveis Federal, Estadual e Municipal.

Questão 13: FGV - Ana (IBGE)/IBGE/Jornalismo /Redes Sociais/2016

A Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527, de 18/11/2011) aborda a importância das seções de acesso a informações dos sítios dos órgãos e entidades governamentais. Esses sítios são exemplo do que se denomina:

a) neo-transparência;

b) poli-transparência;

c) multi-transparência;

d) transparência ativa;

e) transparência passiva.

Questão 14: CESPE - AFCE (TCE-SC)/TCE-SC/ControleExterno/ Administração/2016

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei de Acesso à Informação, julgue o seguinte item.

Pessoa jurídica de direito privado que detenha informações em virtude de vínculo com o poder público e deixe de cumprir as determinações da Lei de Acesso à Informação poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública.

( ) Certo ( ) Errado

Questão 15: CESPE - AFCE (TCE-SC)/TCE-SC/Controle Externo/Direito/2016

Em relação aos consórcios públicos, aos princípios do direito administrativo e à organização da administração pública, julgue o item a seguir.

De acordo com a jurisprudência do STF, em exceção ao princípio da publicidade, o acesso às informações referentes às verbas indenizatórias recebidas para o exercício da atividade parlamentar é permitido apenas aos órgãos fiscalizadores e aos parlamentares, dado o caráter sigiloso da natureza da verba e a necessidade de preservar dados relacionados à intimidade e à vida privada do parlamentar.

( ) Certo ( ) Errado

Questão 16: VUNESP - Ass Adm (UFABC)/UFABC/2016

Nos termos do que dispõe a Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que a Administração, em certos casos, pode restringir o acesso à informação classificada como ultrassecreta pelo prazo máximo de

a) 5 anos.
b) 10 anos.
c) 15 anos.
d) 20 anos.
e) 25 anos.

Questão 17: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"B"/2016

Para os efeitos da Lei nº 12.527/2011, considera-se disponibilidade a qualidade da informação

a) que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

b) não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

c) coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, com modificações.

d) que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

e) que registra as informações pessoais, quaisquer que sejam os seus suportes ou formatos.

Questão 18: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"B"/2016

O acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527/2011 compreende, entre outros, o direito de obter informação

a) secundária, fragmentada, autêntica e atualizada.

b) contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos, desde que não tenham sido recolhidos aos arquivos públicos.

c) produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, exceto se esse vínculo já tiver cessado.

d) relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

e) relativa a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos que envolvam a segurança do Estado e da sociedade.

Questão 19: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"B"/2016

As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos serão classificadas como

a) ultrassecretas e ficarão sob sigilo pelo prazo de 100 (cem anos).

b) reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

c) reservadas e ficarão sob sigilo pelo prazo de 30 (trinta) anos.

d) ultrassecretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

e) secretas e ficarão sob sigilo pelo prazo de 15 (quinze) anos a partir do término do mandato em exercício.

Questão 20: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"B"/2016

De acordo com o que determina a Lei nº 12.527/2011, sobre as informações pessoais, assinale a alternativa correta.

a) O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

b) As informações pessoais, relativas à intimidade e vida privada terão acesso negado, independentemente da classificação, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) As informações pessoais não poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento verbal da pessoa a que elas se referirem.

d) Aquele que obtiver acesso às informações pessoais não será responsabilizado pelo seu uso indevido.

e) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa poderá ser invocada com o intuito de sonegar informações nas ações voltadas à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Questão 21: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"D"/2016

Para os efeitos da Lei nº 12.527/2011, o conjunto de ações referentes a produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação é considerado como

a) tratamento da informação.

b) disponibilidade.

c) integridade.

d) documento.

e) autenticidade.

Questão 22: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"D"/2016

A Lei nº 12.527/2011, quando trata do procedimento do pedido de acesso à informação, determina que

a) nas solicitações de informações de interesse público, deverão constar os motivos determinantes do pedido.

b) o órgão ou a entidade pública deverá conceder o prazo de dois dias úteis para acesso à informação disponível.

c) a informação armazenada em formato digital deverá ser convertida em documento escrito para o requerente.

d) quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

e) o serviço de busca e fornecimento da informação é oneroso, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada.

Questão 23: FUNDEP - Tec (Ibirité)/Pref Ibirité/Administração/2016

Sobre a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, de Acesso à Informação, assinale a alternativa CORRETA.

a) Essa Lei regula o acesso às informações produzidas apenas pelos órgãos do Executivo e do Judiciário.

b) O prazo máximo de restrição à informação classificada como secreta é de 15 anos.

c) O requerente é obrigado a apresentar os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

d) As informações que oferecem risco à estabilidade financeira do país não são consideradas imprescindíveis, portanto, não são passiveis de classificação.

Questão 24: Instituto AOCP - Proc (CM RB)/CM RB/2016

A respeito da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) assinale a alternativa correta.

a) Recebendo pedido de informações, o órgão ou a entidade que esteja obrigado a prestá-las deverá fazê-lo de imediato. Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá atender a solicitação no prazo improrrogável de 20 dias.

b) O serviço de busca e fornecimento da informação será sempre gratuito.

c) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias a contar da sua ciência.

d) O prazo máximo para restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas é de 20 anos a partir da data de sua produção.

e) A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei de Acesso a Informação estará sujeita à sanção, entre outras, de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 6 meses.

Questão 25: Instituto AOCP - Proc (CM RB)/CM RB/2016

De acordo com a Lei n.º 12.527/2011, negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer

a) ao Supremo Tribunal Federal.

b) à Controladoria-Geral da União.

c) ao Tribunal de Contas da União.

d) ao Ministério Público Federal.

e) ao Ministério da Justiça.

Questão 26: VUNESP - JDM (TJM SP)/TJM SP/2016

Os procedimentos previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública e com a seguinte diretriz:

a) qualidade da informação modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

b) desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

c) informação pessoal é aquela relacionada à pessoa natural não identificada, mas identificável.

d) observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.

e) divulgação de informações de interesse público, quando solicitadas.

Questão 27: FGV - Proc (Paulínia)/Pref Paulínia/2016

Joana, moradora do Município ABC, apresentou pedido de acesso a informações à Pessoa Jurídica XYZ, concessionária de serviço público municipal, não integrante da Administração Pública. Utilizou como base a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/11), para ter acesso ao contrato administrativo firmado pela Pessoa Jurídica XYZ com a Administração Pública Municipal, sem juntar o comprovante de pagamento de custas relativas à emissão da certidão. Tal pedido foi rejeitado pela Pessoa Jurídica XYZ.

Nesse caso, conforme a Lei de Acesso à Informação,

a) a Pessoa Jurídica XYZ agiu ilegalmente, uma vez que ela, como concessionária de serviço público municipal, é sujeito passivo da Lei de Acesso à Informação, o objeto da consulta é documento público e o acesso deve ser gratuito.

b) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, uma vez que Joana não é sujeito ativo do pedido de acesso à informação.

c) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, uma vez que é possível a exigência de pagamento da respectiva certidão de emissão da informação, salvo se comprovada a hipossuficiência econômica do requerente.

d) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, já que as informações acerca de contratos administrativos firmados com a Administração Pública podem ter seu acesso restringido por motivo de segurança das negociações.

e) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, uma vez que ela não consta como sujeito passivo na Lei de Acesso à Informação.

Questão 28: CESPE - AC TCE PR/TCE-PR/Administração/2016

Considerando a Lei n.º 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação (LAI) —, assinale a opção correta.

a) Devido ao seu caráter confidencial, informações a respeito de violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado são mantidas sob sigilo pelo período mínimo de quinze anos.

b) A busca e o fornecimento da informação devem ser gratuitos, com exceção de documentos que tenham custos de produção.Nesses casos, os custos devem ser pagos pelo requerente, que poderá ser isento se, comprovadamente, não tiver condições financeiras para arcar com os custos de obtenção da informação.

c) Após a correta petição, o órgão ou entidade que recebeu o pedido tem até trinta dias para apresentar resposta por escrito, conforme a instrução do peticionário.

d) Apenas as entidades da administração direta estão obrigados a fornecer informações solicitadas por pessoas nascidas no Brasil, desde que o pedido seja feito por meio legítimo e traga discriminada a identificação de quem apresentou o pedido e a especificação da informação que foi pedida.

e) Não há previsão de recursos nos casos de respostas negativas de acesso à informação ou nos casos em que o órgão peticionado se recuse a responder o porquê de o acesso à informação ter sido negado.

Questão 29: CESPE - AC TCE PR/TCE-PR/Administração/2016

No que se refere à classificação da informação, conforme estabelecido na LAI, assinale a opção correta.

a) Conforme o valor estratégico da informação, o prazo de sigilo, após seu término, poderá ser renovado por mais dez anos.

b) Devido à dificuldade operacional, não é possível acessar dados relativos a metas e indicadores de resultados de projetos, programas e políticas públicas financiadas com recursos estatais.

c) Informações cuja disseminação coloque em risco a defesa e a soberania nacional, além da integridade do território brasileiro, são passíveis de classificação como sigilosas.

d) Em razão de seu valor estratégico, as informações sigilosas são classificadas como secretas, limitadas ou reguladas.

e) Para os municípios, o menor prazo de restrição de acesso à informação é de oito anos; para os estados e a União, esse prazo é de dezesseis anos.

Questão 30: CESPE - AC TCE PR/TCE-PR/Administração/2016

A respeito de responsabilidades dos agentes públicos, conforme disposto na LAI, assinale a opção correta.

a) É permitido ao agente público usar de suas prerrogativas para destruir documentos referentes a violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

b) É lícito que o agente público se negue a fornecer, de forma deliberada, informações que impliquem prejuízo financeiro para o ente estatal onde a informação se localiza.

c) Caracteriza conduta ilícita por parte do agente público se recusar a fornecer a informação requisitada, ou demorar para atender ao pedido de acesso à informação ou, ainda, fornecer aos cidadãos informações incompletas, imprecisas ou incorretas.

d) Informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem não podem ser divulgadas pelo agente público, independentemente de consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

e) Caracteriza conduta ilícita por parte do agente público controlar o acesso a informações sigilosas e pessoais de terceiros.

Questão 31: VUNESP - Proc (IPSMI)/IPSMI/2016

No tocante à Lei n.º 12.527/11, é correto afirmar:

a) com a edição do ato decisório fica dispensável o acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo.

b) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicas, devendo o pedido conter os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

c) os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet de dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades, assim como de informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.

d) a competência prevista para a classificação dos documentos como ultrassecreta e secreta não poderá ser delegada pela autoridade responsável.

e) negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer ao Senado Federal que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

Questão 32: CESPE - TA (ANVISA)/ANVISA/2016

A respeito da gestão de documentos e do acesso à informação, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, o acesso a dados contidos em documento classificado como reservado poderá ser restringido por até cinco anos.

( ) Certo ( ) Errado

Questão 33: FCC - Ana GP (CREMESP)/CREMESP/Departamento Pessoal/2016

A transparência tem sido, cada vez mais, um valor cobrado pela sociedade em relação à atuação da Administração Pública. A Lei de Acesso à Informação constitui um marco importante nesse aspecto. De acordo com as disposições do referido diploma legal,

a) nenhuma informação pode ser classificada de forma a limitar a sua disponibilização ao cidadão.

b) qualquer cidadão pode apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos públicos e obtê-la, ainda que não se identifique.

c) a Administração pode condicionar a disponibilização da informação solicitada à apresentação dos motivos determinantes da solicitação.

d) as informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente da República são classificadas como reservadas, permanecendo em sigilo até o término do seu mandato.

e) somente podem ser classificadas como secretas as informações que puderem causar risco a operações estratégicas das Forças Armadas ou de órgãos de segurança pública.

Questão 34: VUNESP - Proc Jur (M Cruzes)/Pref Mogi Cruzes/2016

Considere a seguinte situação hipotética.

Cidadão solicita informação ao Serviço de Informação ao Cidadão do Município de Mogi das Cruzes e é constatado que a informação requerida foi classificada como secreta, tendo transcorrido 6 (seis) anos desde a classificação.

Nesse caso, observando o constante da Lei de Acesso à Informação, deve o Serviço Municipal de Informação ao Cidadão

a) fornecer a informação solicitada, pois o prazo máximo de restrição de acesso à informação secreta é de 5 (cinco) anos, e, portanto, já se encontra encerrado.

b) oferecer a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original, da informação solicitada, restringindo-se apenas o acesso direto ao documento classificado como secreto.

c) informar que o acesso poderá ocorrer em 4 (quatro) anos, pois o acesso à informação classificada como secreta deve ser restringido pelo prazo total de 10 (dez) anos.

d) analisar se a divulgação da informação ao Cidadão porá em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; em caso negativo, estará obrigado a fornecer a informação solicitada.

e) indicar as razões de fato ou de direito da recusa total do acesso pretendido, sendo direito do Cidadão obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

Questão 35: VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Com base na Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

a) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

b) O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

c) O recurso apresentado em face de decisão que indefere pedido de acesso a informações será direcionado à própria autoridade que a proferiu, a qual se manifestará no prazo de cinco dias a respeito do preenchimento dos pressupostos legais de admissibilidade.

d) A Lei Federal nº 12.527/2011 somente se aplica aos órgãos públicos integrantes da Administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

e) O serviço de busca e fornecimento da informação deverá ser remunerado mediante cobrança de taxa.

Questão 36: FCC - Ana (PGE MT)/PGE MT/Administrador/2016

Em 2011, foi publicada a Lei nº 12.527, a chamada "Lei de acesso à informação". Essa lei regulamenta um direito fundamental de receber informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, Constituição Federal, que dispõe que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular,

a) exclusivamente, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

b) ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

c) ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, sendo vedadas as informações sigilosas.

d) que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja concedido judicialmente.

e) ou de interesse coletivo ou geral, desde que justificadas, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja definido pelo Presidente da República.

Questão 37: FCC - Tec (PGE MT)/PGE MT/Técnico Administrativo/2016

De acordo com a Lei de Acesso à Informação de 2011, uma vez informado o extravio da informação solicitada, o interessado poderá requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação. Nesta situação, o órgão, ou entidade pública, responsável pela guarda da informação extraviada, deverá

a) reconhecer o fato publicamente em 5 dias e justificar e identificar testemunhas que comprovem sua alegação 10 dias após o reconhecimento.

b) justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação no prazo de 5 dias.

c) justificar o fato em até 10 dias e indicar testemunhas que comprovem sua alegação no prazo de 20 dias, após a justificativa.

d) reconhecer o fato publicamente em 5 dias e justificar e identificar testemunhas que comprovem sua alegação 5 dias após o reconhecimento.

e) justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação no prazo de 10 dias.

Questão 38: FCC - Tec (PGE MT)/PGE MT/Técnico Administrativo/2016

A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, cumprido o seu teor e em virtude de sua imprescindibilidade à segurança do Estado ou da sociedade, poderá ser classificada como reservada, secreta ou ultrassecreta. Conforme a Lei nº 12.527/2011, os prazos máximos de restrição ao acesso destes tipos de informação são, respectivamente,

a) 5, 15 e 25 anos.

b) 10, 15 e 20 anos.

c) 5, 10 e 15 anos.

d) 10, 20 e 30 anos.

e) 5, 15 e 30 anos.

Questão 39: FCC - Tec (PGE MT)/PGE MT/Técnico Administrativo/2016

A retenção de informações, por parte de pessoa física ou entidade privada que possuir qualquer tipo de vínculo com o poder público, está sujeita a sanções previstas na Lei de Acesso à Informação, promulgada em novembro de 2011. Dentre as sanções previstas, está a rescisão do *vínculo* com o poder público, que pode ser aplicada juntamente com penalidade de

a) reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

b) advertência.

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública.

d) suspensão para participar em licitações públicas.

e) multa.

Questão 40: CONSULTEC - Ana RH (Ilhéus)/Pref Ilhéus/2016

A Lei nº 12.527 de 18, de novembro de 2011, regula

a) as diretrizes orçamentárias dos estados e municípios que compõem a Federação.

b) o Art. 5º da Constituição Federal e seus artigos subsequentes.

c) as formas de tributação e orçamento, da ordem econômica e financeira dos municípios brasileiros.

d) o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 2º do Art. 216 da Constituição Federal.

e) o acesso aos Contratos Administrativos de serviços com órgãos públicos.

Questão 41: VUNESP - Rep Apr (CM Marília)/CM Marília/2016

Em relação à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), é correto afirmar que

a) são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, sigilosas as informações cuja divulgação possa prejudicar a reputação do Presidente da República.

b) uma das diretrizes fundamentais da Lei prevê a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitação.

c) a identificação do requerente é desnecessária para ter acesso a informações classificadas como de interesse público.

d) a informação armazenada em formato digital será fornecida ao requerente em seu formato impresso.

e) enquanto as informações classificadas como secretas e ultrassecretas não forem reavaliadas, o acesso continuará vedado.

Questão 42: VUNESP - Jorn (CM Registro)/CM Registro/2016

De acordo com a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de2011, que regula o acesso a informações previsto no incisoXXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2ºdo art. 216 da Constituição Federal, é correto afirmar que

a) uma das diretrizes da norma é ter a publicidade como preceito e o sigilo como exceção.

b) a informação sobre o extravio da informação solicitada obriga o solicitante a requerer abertura de sindicância sobre o caso.

c) as autarquias, fundações e empresas públicas não estão sujeitas a essa lei.

d) as informações sobre procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais, só podem ser fornecidas após a conclusão do evento.

e) a divulgação de informações de interesse público depende da solicitação do interessado.

Questão 43: VUNESP - Adv (CM Registro)/CM Registro/2016

O art. 23 da Lei nº 12.527/2011 considera imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação, as informações

a) cuja divulgação ou acesso irrestrito possam prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas.

b) necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

c) ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos.

d) sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades públicas, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.

e) produzidas ou custodiadas por pessoa física ou entidade privada decorrente de vínculo com órgãos ou entidades públicas, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

Questão 44: VUNESP - Of Leg (CM Poá)/CM Poá (SP)/2016

A Lei nº 12.527/11 prevê vários procedimentos de acesso à informação, dentre eles, podendo-se afirmar como correto que

a) para o acesso à informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

b) o interessado deverá expor os motivos determinantes da sua solicitação de informações de interesse público.

c) o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso à informação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

d) se a informação estiver contida em documento cuja manipulação possa prejudicar a sua integridade, não será concedido o acesso.

e) o serviço de busca e fornecimento da informação é oneroso, para todos os tipos de informações.

Questão 45: VUNESP - Tec Leg (CM Poá)/CM Poá (SP)/2016

O conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação, para os efeitos da Lei nº 12.527/11, considera-se

a) informação.

b) tratamento do documento.

c) disponibilidade.

d) tratamento da integridade.

e) tratamento da informação.

Questão 46: VUNESP - Tec Leg (CM Poá)/CM Poá (SP)/2016

Considere a seguinte situação hipotética. Cidadão de Poá solicita à Câmara Municipal informações sobre os valores pagos nos últimos 12 (doze meses) à empresa contratada para prestação de serviços de limpeza das dependências do Poder Legislativo. O pleito é indeferido com a informação verbal, por funcionário da Câmara que trabalha no Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, que a decisão foi dada com base na previsão da Lei Federal nº 12.527/11 de que as informações que comprometam atividades, investigação ou fiscalização em andamento terão restrição de acesso. O funcionário, todavia, não entrega ao Cidadão qualquer documento que comprove o alegado. Neste caso, considerando o disposto na Lei Federal nº 12.527/11, é correto afirmar que

a) a conduta do funcionário está incorreta, pois a Lei da Transparência prevê que é direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

b) a conduta do funcionário está correta, pois as informações que possam comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações podem ser objeto de restrição de acesso.

c) a conduta do funcionário está incorreta, pois deveria indicar ao Cidadão o sítio à disposição na internet no qual deve estar publicado o rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura.

d) a conduta do funcionário está correta, pois divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal é conduta ilícita prevista na Lei da Transparência.

e) a conduta do funcionário está incorreta, pois as informações ou documentos que versem sobre condutas que possam ser caracterizadas como violação de deveres, por agentes públicos, não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Questão 47: FUNDEP - Aux Adm (CRO MG)/CRO MG/2016

Usando como fundamento a Lei de Acesso à Informação, Tibério e Flávio, na condição de cidadãos, solicitam ao Poder Público o acesso a determinadas informações. O pedido de Tibério é referente à conduta de agentes públicos que implica violação de Direitos Humanos e o de Flávio é referente a informações cuja divulgação ou acesso pode oferecer risco à estabilidade financeira e econômica do país.

Considerada essa situação hipotética, é correto afirmar:

a) Em ambos os casos, as informações solicitadas podem sofrer restrições de acesso.

b) Apenas no caso da solicitação de Tibério, a informação poderá sofrer restrição de acesso.

c) Apenas no caso da solicitação de Flávio, a informação solicitada poderá sofrer restrição de acesso.

d) Em nenhum dos dois casos as informações solicitadas poderão sofrer restrições de acesso.

Questão 48: FUNDEP - Fisc (CRO MG)/CRO MG/2016

Embora a publicidade seja um dos princípios constitucionais da administração pública, admite-se a manutenção do sigilo de dados ou informações referentes ao Poder Público quando:

a) o sigilo for imprescindível à manutenção da segurança da sociedade e do Estado.

b) o sigilo for conveniente ao interesse público.

c) a informação puder expor autoridade pública à responsabilização civil ou criminal.

d) a pessoa diretamente envolvida na situação a ser divulgada opte pelo sigilo.

Questão 49: FUNDATEC - Proc (N Horizonte)/Pref N Horizonte-SP/2017

Levando-se em consideração as disposições da Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso às informações no âmbito da administração pública, analise as seguintes assertivas:

I. Aplicam-se as disposições da referida lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

II. Considera-se informação sigilosa aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

III. O acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, sendo ônus do interessado o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Questão 50: IADES - Alun Of (PM DF)/PM DF/2017

Considerando a Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa que apresenta a definição de integridade.

a) Conjunto de ações referentes às etapas de produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.

b) Característica da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

c) Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

d) Atributo da informação coletada na fonte, com o máximo detalhamento possível, sem modificações.

e) Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.

Questão 51: VUNESP - AnaTC MPE SP/MPE SP/Arquiteto e Urbanista/2016

Nos termos do que dispõe a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que

a) dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, são considerados integridade.

b) os Municípios com população igual ou superior a 12 000 (doze mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet, ou de divulgação em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira.

c) a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada, dentre outras, como reservada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data e sua produção.

d) os interessados terão amplo acesso às informações pessoais, independentemente de classificação de sigilo como ultrassecreta, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, a contar da sua data de produção.

e) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso à informação de interesse público aos órgãos e entidades públicas, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e os motivos determinantes da solicitação.

Questão 52: IBFC - Per Of (PCie PR)/PCie PR/Perito Criminal/Área 1/2017

Assinale a alternativa correta, considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18/11/2011, sobre o procedimento de acesso à informação:

a) Apenas a pessoa sobre quem se busca obter informações poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades vinculados à referida lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida

b) Apenas a pessoa sobre quem se busca obter informações poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades vinculados à referida lei, por qualquer meio legítimo, sendo dispensável que o pedido contenha a identificação do requerente e a especificação da informação requerida

c) Somente o Ministério Público poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades vinculados à referida lei, por qualquer meio legítimo, sendo dispensável que o pedido contenha a identificação do requerente e a especificação da informação requerida

d) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades vinculados à referida lei, por qualquer meio legítimo, sendo dispensável que o pedido contenha a identificação do requerente e a especificação da informação requerida

e) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades vinculados à referida lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida

Questão 53: IBFC - Per Of (PCie PR)/PCie PR/Perito Criminal/Área 1/2017

Assinale a alternativa correta, considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18/11/2011, sobre recursos no procedimento de acesso à informação:

a) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua ciência, sendo que o recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 1 (um) dia

b) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da assinatura da decisão, sendo que o recurso será dirigido à autoridade que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas

c) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, sendo que o recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente

superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias

d) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura da decisão, sendo que o recurso será dirigido à autoridade que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas

e) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 5 (cinco) dias a contar da sua ciência, sendo que o recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias

Questão 54: IBFC - Per Of (PCie PR)/PCie PR/Perito Criminal/Área 1/2017

Assinale a alternativa correta, considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18/11/2011, sobre recursos no procedimento de acesso à informação:

a) O prazo mínimo de restrição de acesso à informação classificada como reservada vigora a partir da data de sua produção e é de 20 (vinte) anos

b) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como reservada vigora a partir da data de sua publicação e é de 15 (quinze) anos

c) O prazo mínimo de restrição de acesso à informação classificada como secreta vigora a partir da data de sua produção e é de 25 (vinte e cinco) anos

d) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como reservada vigora a partir da data de sua publicação e é de 25 (vinte e cinco) anos

e) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como secreta vigora a partir da data de sua produção e é de 15 (quinze) anos

Questão 55: IBFC - Per Of (PCie PR)/PCie PR/Perito Criminal/Área 1/2017

Assinale a alternativa correta, considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18/11/2011, sobre restrição de acesso a informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

a) Terão seu acesso público, desde que sejam objeto de classificação de sigilo, e pelo razo máximo de 25 (vinte e cinco) anos a contar da sua data de publicação, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem

b) Terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem

c) Terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, e pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem

d) Terão seu acesso público, desde que sejam objeto de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de publicação, somente à pessoa a que elas se referirem.

e) Terão seu acesso restrito desde que sejam objeto de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 25 (vinte e cinco) anos a contar da sua data de produção, somente à pessoa a que elas se referirem.

Questão 56: CONSULPLAN - TJ TRF2/TRF 2/Administrativa/Segurança e Transporte/2017

Nos termos da Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), é INCORRETO afirmar que:

a) O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada.

b) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias a contar da sua ciência.

c) Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de dez dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado.

d) Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Questão 57: CONSULPLAN - TJ TRF2/TRF 2/Administrativa/Segurança e Transporte/2017

Nos termos da Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam, EXCETO:

a) Oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.

b) Prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas.

c) Pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.

d) Prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter ostensivo ou sigiloso por outros Estados e organismos internacionais.

Questão 58: CONSULPLAN - TJ TRF2/TRF 2/Administrativa/Segurança e Transporte/2017

Nos termos da Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar, EXCETO:

a) Agir com culpa ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação.

b) Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.

c) Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

d) Utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública.

Questão 59: CONSULPLAN - TJ TRF2/TRF 2/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

"Determinada associação privada faz requerimento administrativo formal à Administração Pública, buscando informações acerca de contrato administrativo que suspeitam ter irregularidades."

Acerca do princípio da publicidade das informações da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) É possível a restrição de informações caso haja risco à intimidade de alguma das partes envolvidas no ato ou processo administrativo, bem como haja risco à segurança do Estado.

b) As informações administrativas buscadas somente podem ser prestadas aos diretamente envolvidos, demonstrado o legítimo interesse, por meio de *habeas data*.

c) É possível que haja restrição de informações pela Administração Pública, mas somente decorrente de decisão judicial, em que expostos os motivos do sigilo.

d) Todas as informações administrativas buscadas devem ser prestadas, tendo em vista o princípio da publicidade, materializado no direito constitucional de petição.

Questão 60: IADES - Of (PM DF)/PM DF/Capelão/Católico/2017

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, qual autoridade pode classificar uma informação como ultrassecreta?

a) Presidente da Funasa.

b) Presidente do Ibama.

c) Diretor Geral da Polícia Federal.

d) Presidente da Caixa Econômica Federal.

e) Chefe de missão diplomática permanente no exterior.

Questão 61: IADES - Of (PM DF)/PM DF/Capelão/Católico/2017

A Lei de Acesso à Informação dispõe que, caso não seja possível conceder acesso imediato à informação requerida, o órgão ou a entidade que recebeu o pedido tem um prazo para disponibilizá-la, indicar as razões de recusa do pedido ou comunicar que não possui a informação. Qual é o limite desse prazo?

a) 5 dias úteis.

b) 10 dias úteis.

c) Não superior a 10 dias.

d) Não superior a 20 dias.

e) Não superior a 30 dias.

Questão 62: MS CONCURSOS - PAS (CRECI 14)/CRECI 14 (MS)/Agente Fiscal/2017

À luz da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, responda à questão.

Leia o seguinte texto e aponte a alternativa que faz a afirmação correta.

Subordinam-se ao regime da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

III - as empresas sem fins lucrativos e sociedades beneficentes.

a) Apenas o item I subordina-se à referida Lei.

b) Apenas o item II subordina-se à referida Lei.

c) Apenas os itens I e II subordinam-se à referida Lei.

d) Apenas os itens II e III subordinam-se à referida Lei.

Questão 63: MS CONCURSOS - PAS (CRECI 14)/CRECI 14 (MS)/Agente Fiscal/2017

À luz da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, responda à questão.

Relacione a primeira coluna com a segunda e marque a alternativa que apresenta a sequência correta.

1ª COLUNA	2ª COLUNA
1 - Informação	( ) Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
2 – Disponibilidade	( ) Conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.
3 - Primariedade	( ) Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
4 - Tratamento da informação	( ) Dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

a) 1 – 4 – 2 – 3.
b) 3 – 4 – 2 – 1.
c) 2 – 4 – 1 – 3.
d) 4 – 3 – 1 – 2.

Questão 64: MS CONCURSOS - PAS (CRECI 14)/CRECI 14 (MS)/Agente Fiscal/2017

À luz da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, responda à questão.

Leia as assertivas e assinale a incorreta.

a) Os procedimentos previstos na Lei nº 12.527/2011 destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e, dentre outras, com a seguinte diretriz observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.

b) A publicidade a que estão submetidas às entidades citadas no art. 2º da Lei nº 12.527/2011 refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

c) É dever do Município garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

d) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

Questão 65: MS CONCURSOS - PAS (CRECI 14)/CRECI 14 (MS)/Agente Fiscal/2017

À luz da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, responda à questão.

Analise os itens e marque a alternativa verdadeira.

(I) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

(II) Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

(III) O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

a) É verdadeiro somente o item (I)
b) É verdadeiro somente o item (III)
c) São verdadeiros somente os itens (I) e (II).
d) São verdadeiros os itens (I), (II) e (III).

Questão 66: MS CONCURSOS - PAS (CRECI 14)/CRECI 14 (MS)/Agente Fiscal/2017

À luz da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, responda à questão.

Qual alternativa completa corretamente as lacunas do texto a seguir?

No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de _____ dias a contar da sua ciência. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de ____ dias.

a) 10 / 5
b) 15 / 10
c) 10 / 15
d) 30 / 20

GABARITO

1) B	**2) E**	**3) A**	**4) E**	**5) A**	**6) A**
7) E	**8) C**	**9) D**	**10) C**	**11) A**	**12) D**
13) D	**14) Certo**	**15) Errado**	**16) E**	**17) D**	**18) D**
19) B	**20) A**	**21) A**	**22) D**	**23) B**	**24) C**
25) B	**26) B**	**27) E**	**28) B**	**29) C**	**30) C**
31) C	**32) Certo**	**33) D**	**34) E**	**35) B**	**36) B**
37) E	**38) A**	**39) E**	**40) D**	**41) B**	**42) A**
43) A	**44) A**	**45) E**	**46) A**	**47) C**	**48) A**
49) B	**50) E**	**51) C**	**52) E**	**53) C**	**54) E**
55) B	**56) C**	**57) D**	**58) A**	**59) A**	**60) E**
61) D	**62) C**	**63) B**	**64) C**	**65) D**	**66) A**